



Edilson Marinho Gandra – OAB/MG nº 120.679  
Avenida José Cândido Mascarenhas, 335, centro, Paraopeba/MG-CEP:35.774-000  
Telefone: (31) 3714-1136 - (31) 8898-7563

---

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/UNIVERSIDADE  
FEDERAL DOS VALES DO JETIQUINHONHA E MUCURI.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 024/2011.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para realização de obras de adequações do pátio da compostagem da UFVJM - Campus JK, Diamantina (MG).

**RMX CONSTRUTORA LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ, sob o nº. 08.036.804/0001-52, com sede na Rua 1º de Junho, nº 41, letra B, Centro, Paraopeba/MG, CEP: 35.774-000, neste ato representada pelo seu administrador o Sr. *Reinaldo Antônio*





*Mascarenhas Xavier*, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, inscrito no CPF sob o nº. 055.801.036-97, inconformado, *data vênia*, com a decisão da Comissão Permanente de licitação, vêm, respeitosamente à presença de V. Sas., com fulcro no artigo 109, I, a, da Lei 8666/1993, interpor tempestivamente o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** nos **efeitos devolutivo e suspensivo**, pelas razões de fato e de direito que a seguir passa a aduzir.

Outrossim, requer o seu recebimento, processamento e julgamento, submetendo-o à instância superior para análise de suas razões recursais.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Paraopeba, 17 de novembro de 2011.

**RMX CONSTRUTORA LTDA - EPP**  
*Reinaldo Antônio Mascarenhas Xavier*  
*Administrador da Empresa*





RECURSO ADMINISTRATIVO AO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO,  
SOB A MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº024/2011,  
PROMOVIDO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO  
JETIQUINHONHA E MUCURI.

Magnífico Reitor da

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

RMX CONSTRUTORA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado,  
inscrita no CNPJ, sob o nº. 08.036.804/0001-52, com sede na Rua 1º de  
Junho, nº 41, letra B, Centro, Paraopeba/MG, CEP: 35.774-000, neste ato  
representada pelo seu administrador o Sr. *Reinaldo Antônio Mascarenhas  
Xavier*, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, inscrito no CPF sob  
o nº. 055.801.036-97, vem, a presença de V.Sa. com fundamento no art. 109,  
I, a da Lei Federal nº 8.666/93 e item 14, RECURSOS, do instrumento





convocatório da Concorrência Pública nº 024/2011, oferecer **RECURSO ADMINISTRATIVO** em epígrafe, pelos seguintes fundamentos articulados:

#### DA TEMPESTIVIDADE

A impugnação é tempestiva, uma vez que o art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93 estabelece:

*"Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:*

*a) habilitação ou inabilitação do licitante;"*  
(grifo nosso)

A Comissão de Licitação da UFVJM designou para o dia 09/11/2011, até as 09:00 horas, entrega dos envelopes de habilitação e proposta, tendo sua abertura em ato contínuo.

A reunião de abertura dos envelopes de habilitação iniciou no dia e horário estabelecidos, tendo seu encerramento na mesma data.

Vale mencionar, que em consonância com o Parágrafo Único, do art.110, do Estatuto Federal de Licitações, os prazos





estabelecidos por esta lei somente iniciam e vencem em dia de expediente no órgão licitante.

Assim sendo, o aludido prazo legal para interposição de recurso é de 05 (cinco) dias úteis, sendo tempestivo o presente recurso interposto no dia 17/11/2011.

## DOS FATOS E FUNDAMENTOS

A empresa RMX CONSTRUTORA LTDA - EPP apresentou os invólucros de documentação e proposta, para o certame licitatório em pauta, conforme disposições editalícias.

Em reunião de abertura dos envelopes de documentação, a Comissão de Licitação inabilitou a recorrente por não atender os itens 4.4.1. e 4.4.4. do instrumento convocatório. Segue decisão *in verbis*:

*"O Fornecedor 08036804000152 - RMX CONSTRUTORA LTDA - EPP foi inabilitado: por não atender os itens 4.4.1. e 4.4.4 do Edital, referente à execução de serviço de cobertura em estrutura de madeira e telha cerâmica 449,09 metros quadrados, uma vez que o atestado apresentado para tal comprovação da SEGEL constava reforma de telhado colonial, inclusive engradamento e calhas, 524,12 metros quadrados".*





## Preliminares do Mérito da Inabilitação

Inicialmente, ressalta-se que a Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LV, assegura aos litigantes, seja em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla defesa, como os meios e recursos a ela inerentes.

Para tanto, o exercício destas garantias constitucionais é necessário que o ato administrativo atenda seus requisitos, quais sejam: competência, finalidade, forma, motivo e objeto. Inexistindo quaisquer destes, o ato administrativo é considerado nulo.

Para o presente recurso, é relevante ater-se tão somente ao requisito viciado do ato administrativo, qual seja o motivo.

O motivo ou causa é a situação de direito ou de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo. O motivo é a situação de fato ou de direito que serve de fundamento para a prática do ato. A situação de direito é aquela, descrita na lei, enquanto que a situação de fato corresponde ao conjunto de circunstâncias que levam a Administração a praticar o ato.

*In casu*, por se tratar de um ato administrativo vinculado é necessário a motivação, que por sua vez é a exposição dos motivos que determinam a prática do ato. É a exteriorização dos motivos que levaram a Administração a praticar o ato. É ainda, a demonstração por





escrito, de que os pressupostos autorizadores da prática do ato realmente aconteceram.


No presente certame, a respeitável Comissão de Licitação declarou o recorrente inabilitado por não atender os itens 4.4.1 e 4.4.4. do edital.

Ora, Magnífico Reitor, é evidente que a Comissão de Licitação deixou de expor os motivos que levaram a conclusão pela inabilitação do recorrente. Atos desta natureza ferem de morte as garantias constitucionais do contraditório e ampla defesa. Pois, o recorrente sequer sabe qual razão de sua inabilitação.

A decisão da Comissão de licitação de inabilitar o recorrente sem motivação, sem indicar os fatos e fundamentos jurídicos ofende aos preceitos da Lei nº9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Notadamente, a decisão guerreada é expressamente contrária ao disposto no art. 2º, da lei nº 9.784/99:

*"Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência."  
(grifo nosso)*







Outros dispositivos legais ofendidos são o art. 50º, I e seus parágrafos, da lei nº 9.784/99 a seguir reproduzidos.

*Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:*

*I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;*

*(...)*

*§ 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.*

*§ 2º Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.*

*§ 3º A motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito.*

*(grifo nosso)*

É inquestionável que é arbitrária e destituída de legalidade a decisão da Comissão de Licitação, tendo em vista que não motivou de forma clara e explícita em ata os fatos e fundamentos jurídicos que nortearam a sua inabilitação.

Nesse sentido já decidiu a mais alta Corte de Contas do Brasil, nos autos TC-018.487/2002-0:

*"Sumário: Representações Licitação para aquisição de serviços de informática, Indícios de irregularidades, em sua maioria, não confirmados após análise preliminar da*





*matéria. Conhecimento. Procedência parcial de uma das representações. Improcedência da outra. Determinações, Cientificação dos interessados, com posterior arquivamento do processo.*

#### VOTO

*10. Acredito que essas observações não só afastam a necessidade de suspensão da concorrência como também permitem desde já o julgamento de mérito pela improcedência da representação da empresa Sofhar, sem prejuízo de que seja determinado à ANS o seguinte, em suas licitações: fundamentar com maior precisão os seus atos, sobretudo aqueles que causem algum gravame a licitante; e definir com clareza e objetividade nos editais o que seja considerado, do ponto de vista da qualificação técnica, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, evitando meramente repetir o texto do inciso li do artigo 30 da Lei nº 8.666/93. "*  
(grifo nosso)

Também coaduna com este entendimento, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sendo relevante mencionar trechos das notas taquigráficas desta decisão unânime.

Proc.0747918-97.2007.8.13.01317

EMENTA: - DIREITO ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO PÚBLICA - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO POR LICITANTE - PARECER JURÍDICO MERAMENTE OPINATIVO - AUSÊNCIA DE JULGAMENTO PELA AUTORIDADE COMPETENTE - SEGURANÇA CONCEDIDA. O licitante que interpuser recurso administrativo contra decisão da Comissão de Licitação tem direito ao julgamento motivado, realizado em tempo hábil e por autoridade competente. O parecer jurídico que analisa as razões do recurso administrativo caracteriza-se por ser meramente opinativo e não supre a





*necessidade de exame e manifestação de decisão por quem de direito.*

#### *ACÓRDÃO*

*Vistos etc., acorda, em Turma, a 7ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, incorporando neste o relatório de fls., na conformidade da ata dos julgamentos e das notas taquigráficas, à unanimidade de votos, EM CONFIRMAR A SENTENÇA NO REEXAME NECESSÁRIO.*

*(...)*

*Na lição do insigne Mestre Hely Lopes Meirelles, após a Constituição Federal de 1988, a motivação foi alçada à condição de princípio, sendo indispensável sua presença a justificar a tomada das decisões administrativas, mormente naquelas vinculadas, como se vê:*

*"A motivação, portanto, deve apontar a causa e os elementos determinantes da prática do ato administrativo, bem como o dispositivo legal em que se funda. Esses motivos afetam de tal maneira a eficácia do ato que sobre eles se edificou a denominada teoria dos motivos determinantes, delineada pelas decisões do Conselho de Estado da França e sistematizada por Jèze (v. cap. IV, item V).*

*Em conclusão, com a Constituição de 1988 consagrando o princípio da moralidade e ampliando o do acesso ao Judiciário, a regra geral é a obrigatoriedade da motivação, para que a atuação ética do administrador fique demonstrada pela exposição dos motivos do ato e para garantir o próprio acesso ao Judiciário." (in "Direito Administrativo Brasileiro", 27ª edição, Malheiros Editores, São Paulo-2002, págs. 97/98).*

*(...)*

*(grifo nosso)*





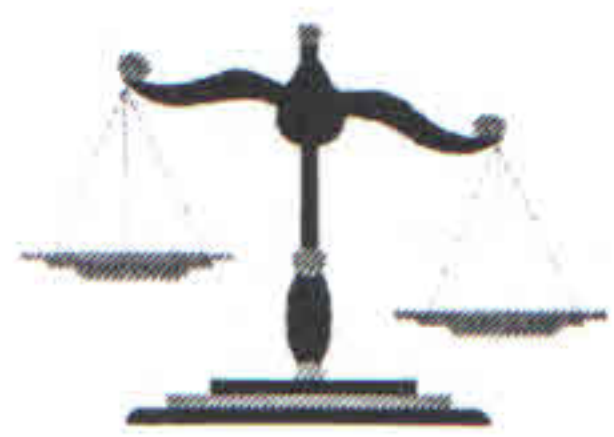
Na doutrina do Direito Administrativo podemos destacar as lições do professor Marçal Justen Filho em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, editora Dialética, 12ª edição, p. 846, assim se manifesta quanto ao princípio da motivação:

*"Não se admite que a decisão administrativa, em qualquer grau, faça-se imotivadamente ou mediante simples invocação à conveniência administrativa. Os princípios do art. 37, caput, somados ao do art. 5º, inc. LV, ambos da CF/88, exigem que as decisões sejam motivadas, com indicação específica dos fundamentos pelos quais a Administração rejeita um determinado pleito do particular. Afinal, não teriam eficácia as regras constitucionais quando a Administração pudesse decidir de modo não fundamentado e não motivado. De pouco serviria garantir o direito de recurso, quando a Administração não estivesse vinculada a respeitar seus termos para decidir."*

Diante do exposto não resta dúvida que a motivação é elementar no ato administrativo, uma vez que ausente não viabiliza o devido processo legal. É a partir dos argumentos que levaram a decisão do ato que irão viabilizar o controle de legalidade dos atos da Administração.

Por último, salienta-se que a ausência de motivação do ato administrativo especialmente no que tange as licitações, é por demais gravosa sendo prejudicial ao interesse público e ao do particular.





## Do mérito da inabilitação

Pelo princípio da EVENTUALIDADE, tentando analisar o mérito da inabilitação (uma vez que a decisão não apresentou argumentos claros de sua decisão), a Comissão mencionou que o recorrente não atendeu aos itens 4.4.1. e 4.4.4. referente à execução de serviço de cobertura em estrutura de madeira e telha cerâmica 449,04 metros quadrados (quantitativo mínimo).

Partindo de possíveis interpretações razoáveis, o recorrente demonstrará que é equivocada sua inabilitação no presente pleito licitatório.

➤ Interpretação do atendimento ao quantitativo mínimo dos itens 4.4.1. e 4.4.4 referente à execução de serviço de cobertura em estrutura de madeira e telha cerâmica

A empresa RMX CONSTRUTORA LTDA - EPP apresentou atestado com quantitativo de 524,12 metros quadrados para os itens 4.4.1. e 4.4.4 referente à execução de serviço de cobertura em estrutura de madeira e telha cerâmica, enquanto o edital exigia o quantitativo mínimo de 449,04 metros quadrados.

Por se tratar de interpretação de uma ciência exata (não admitindo produção de prova em contrário), conclui-se que 524,12 é





maior que 449,04, atendendo o recorrente satisfatoriamente a quantidade mínima exigida.

➤ Interpretação do atendimento aos materiais dos itens 4.4.1. e 4.4.4 referente à execução de serviço de cobertura em estrutura de madeira e telha cerâmica.

Os mencionados itens apenas solicitam que o proponente tenha experiência anterior com madeira e telha cerâmica.

O atestado apresentado pelo recorrente comprova sua experiência anterior com madeira e telha cerâmica.

Para que não reste controvérsia, segue abaixo planilha do item 3 - COBERTURA do atestado apresentado pelo recorrente.

3 .	COBERTURA	QUANT.	UN.
3.1.	Forro de Madeira	114,20	m <sup>2</sup>
3.2.	Esteios de Madeira, 15x15 com 3,00m colocado	8,00	un
3.3.	Esteios de Madeira Envelhecida, cabamento lavrado à mão	5,00	Um
3.4.	Reforma de telhado colonial, inclusive engradamento e calhas	524,12	m <sup>2</sup>





➤ Interpretação do atendimento à natureza do serviço dos itens 4.4.1. e 4.4.4 referente à execução de serviço de cobertura em estrutura de madeira e telha cerâmica.

Não é relevante tecer esclarecimentos sobre a natureza do serviço destes itens, seja construção ou reforma, tendo em vista que a Lei Federal nº 8.666/93 não faz distinção entre estes para esta finalidade.

Para comprovar o alegado segue definição de obra no inciso I, do art. 6º, do Estatuto de Licitações:

*Art.6º Para os fins desta Lei, considera-se:  
I - Obra - Toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.  
(grifo nosso)*

Portanto, conclui-se quando a Administração for licitar uma obra, não importa que exija comprovação de experiência anterior em construção ou reforma, e sim que tenha realizado objeto similar para aferição de sua capacidade técnica e operacional.

Esgotadas todas as razoáveis interpretações possíveis para inabilitação do recorrente, nenhuma merece guarida diante das argumentações apresentadas.

E, não resta alternativa a respeitável Comissão de Licitação e ao Magnífico Reitor a não ser pela habilitação do recorrente no presente pleito licitatório.





## CONSIDERAÇÕES GERAIS

É relevante considerar que a obra de reforma exige maior capacidade técnica e operacional do contratado do que uma construção de nova obra.

Conforme justificativa técnica em anexo correlata aos itens 4.4.1 e 4.4.4. referente à execução de serviço de cobertura em estrutura de madeira e telha cerâmica, comprova-se que a reforma de telhado exige maior complexidade do que a construção do próprio telhado. Logo, torna evidente que o recorrente possui capacidade técnica e operacional para construção do telhado.

Apesar do atestado técnico apresentado pelo recorrente na licitação referir à obra de maior complexidade do que o objeto da licitação, estando a recorrente apto a realizá-lo, e caso ainda persista dúvida a Comissão de licitação e da Autoridade Superior, estas deverão juntamente com o RT procederem diligência de vistoria no local da obra, observando ao art.43, §3º da lei nº8.666/93.

Por último, o Estatuto de licitações exige do licitante capacitação técnica e operacional (art. 30, II e §1º, I,) com experiência anterior em obra compatível, com características semelhantes, não havendo fundamento legal para inabilitação do recorrente sendo que apresentou atestado técnico e operacional de obra de complexidade superior ao da licitação.






## DOS REQUERIMENTOS

A Recorrente RMX Construtora Ltda - EPP, vem requerer, nos termos dos termos da Lei Federal nº 8.666/93, edital da Concorrência Pública nº 024/2011 - UFVJM, bem como farta argumentação apresentada o seguinte:

A Convalidação do ato viciado da CPL, declarando a Recorrente habilitada no certame, uma vez que a Administração Pública tem o poder/dever de revisar seus atos quando eivados de vícios de nulidade ou danosos aos interesses públicos.

Eventualmente, requer que a Comissão de licitação e Autoridade Superior, proceda acompanhada de Responsável Técnico diligência de vistoria no local da obra realizada no atestado, sendo declarado posteriormente a sua habilitação.

Não sendo provida a habilitação do recorrente no certame, que seja promovida a **ANULAÇÃO** da Concorrência Pública nº 024/2011-UFVJM, com base na Súmula 473 do STF que entende que: "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.", submetendo tal







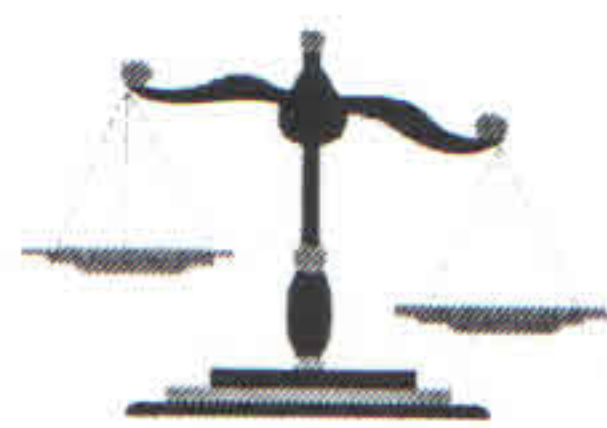
apreciação à autoridade superior ou a quem for de direito, por todas as razões mencionadas nesta peça bem como por medida imperativa de direito.

Termos em que,  
Pede Deferimento.

Paraopeba/MG, 17 de Novembro de 2011.

  
RMX CONSTRUTORA LTDA - EPP  
Reinaldo Antônio Mascarenhas Xavier  
Administrador da Empresa





### Justificativas Técnicas

O atestado técnico apresentado referente a serviços de "cobertura em estrutura de madeira e telha cerâmica" cumpre a exigência do Edital, pois o mesmo apenas refere-se à execução dos serviços acima. Não importa se a execução ocorreu sob a forma de serviço novo ou reforma, importa que tenha ocorrido, como comprova o atestado apresentado.

Não bastasse claramente ter sido demonstrada a execução do serviço, serve um atestado exclusivamente para demonstrar capacidade técnica/operacional do licitante, nada mais do que isto. Neste particular, o atestado apresentado demonstra não só a capacidade de se fazer este tipo de trabalho como vai além, pois trata de um grande telhado colonial, com grande grau de dificuldade técnica se comparado o que seria a simples construção de um novo telhado. Para comprovação disto, poderá a CPL, através de seu assessor técnico, fazer diligência ao local quando, certamente, comprovará a capacidade técnica da RMX.

O que determina a qualificação técnica de uma empresa é a demonstração de possuir em seus quadros, e também em seu portfólio, pessoal capaz de executar determinado serviço. O serviço em questão, independentemente de ser reforma ou não, ocupa exatamente os mesmos tipos de profissionais, quais sejam: engenheiros civis ou arquitetos para seu projeto e supervisão, carpinteiros de telhado para o engradamento (aqueles





apenas especialistas em formas de concreto, por exemplo, poderão não saber fazer), pedreiros para os arremates em cimento e ajudantes para os

oficiais. Dependendo de cada serviço, considerando serviços de engradamento e telhas (e não apenas de telhas), poderá um serviço de reforma ser de maior grau de dificuldade do que um serviço novo, especialmente pela periculosidade e cuidados. Via de regra, reformar é mais difícil, requer mais habilidade dos profissionais, ou em outras palavras, requer mais técnica. A arte de reformar, em praticamente todo serviço, requer todos os conhecimentos do fazer e ainda aqueles do desfazer, sem causar danos.

Finalmente, cabe à UFVJM comprovar tecnicamente que o atestado apresentado não demonstra capacidade técnica/operacional para o serviço, o que não foi feito.

  
RMX CONSTRUTORA LTDA - EPP  
Ricardo Mascarenhas Xavier  
Responsável Técnico  
CREA/MG: 36.905/D

